

das empresas em relação à internacionalização. É, inquestionavelmente, um contributo de valor para a geografia económica; desejavelmente, deverá também sê-lo para as outras ciências sociais que se dedicam à investigação da acção económica, já que o estudo das empresas descontextualizadas do seu «meio» não reflecte senão uma imagem parcial da realidade!

MÁRIO VALE

João Sebastião, Crianças da Rua. Modos de Vida Marginais na Cidade de Lisboa, Oeiras, Celta Editora, 1998, 96 páginas, 2520\$00.

A realidade em causa nesta obra de João Sebastião constitui-se como uma das mais invisíveis temáticas do nosso país, quer perante a sociedade (apesar de um crescente interesse mediático), quer no âmbito da investigação em ciências sociais (como a bibliografia proposta pelo autor bem demonstra). Importa, portanto, saudar à partida a exploração pioneira que aqui se faz.

Em *Crianças da Rua* encontramos uma útil e extensiva recensão daquilo que a sociologia tem produzido sobre a exclusão e a marginalização urbanas, em particular (mas não apenas) no que se refere ao seu

impacto nos grupos etários da infância e adolescência. Com base na informação disponível, o autor procura ainda entender de um modo historicamente situado a produção destes fenómenos em Portugal e na Área Metropolitana de Lisboa, em particular. Por fim, a obra dá conta do material recolhido em entrevistas (realizadas tanto na rua como no contexto de uma instituição assistencial do Ministério da Justiça), integrando também informação obtida em conversas informais e através de observação directa do funcionamento dos grupos de crianças que ocupam, de modo mais ou menos continuado, alguns espaços públicos da cidade. Esta última parte do texto inclui algum material descritivo em torno das estratégias de obtenção e gestão de recursos, dos mecanismos de protecção contra o conjunto de ameaças sentidas pelas crianças, da organização dos grupos e hierarquização do território urbano, assim como algumas representações das próprias crianças acerca de si próprias, da família, da experiência escolar e da relação com outras «personagens» do espaço público (polícias, outras crianças e adolescentes, vítimas dos assaltos que praticam, etc.).

Evitam-se aqui alguns dos erros mais fáceis de cometer na análise científica deste tipo de contexto: a patologização do fenómeno, numa versão psicologizante, o fechamento temático e correspondente exotização do objecto ou uma leitura exclusivamente problemática da questão, numa colagem às preocupações so-

ciais. O autor introduz na discussão o contexto de origem das crianças, sendo esse contexto, por sua vez, devidamente comparado com outros similares e compreendido à luz das dinâmicas estruturais (económicas, culturais e geográficas) envolvidas na sua produção. Por outro lado, são analisados alguns aspectos do relacionamento com o sistema escolar — uma das principais instituições sociais com que estas crianças têm de lidar, pelo menos antes de iniciarem os seus percursos de vida na rua. A estada na rua é entendida como expressão de uma exclusão que se produz contextual e relacionalmente.

É o próprio J. Sebastião a chamar repetidamente a atenção para um dos aspectos mais interessantes no seu material empírico: a constatação de que a passagem para a rua se faz sem grandes rupturas ou descontinuidades, mantendo-se laços próximos com a família e com o ambiente doméstico (aos quais, quase sempre, se retorna, com mais ou menos periodicidade) e accionando-se conhecimentos e recursos que vêm, muitas vezes, da experiência de vida anterior à ida para a rua. Mais, parece estar contida neste material a sugestão de que a vida na rua não seria mais do que uma estratégia de optimização de recursos (materiais, cognitivos e simbólicos) para estas crianças, pertencentes a grupos sociais largamente despossuídos, económica e simbolicamente.

O que me parece é que o autor, fazendo uma identificação muito sugestiva da racionalidade inerente a

estes grupos de crianças e aos percursos pessoais de cada uma delas, fica depois demasiado preso ao quadro teórico e comparativo que começou por traçar. Tal quadro, esclarecendo muitos aspectos, tende, porém, a obscurecer outros e a criar algumas confusões na interpretação que nos é dada.

Em resultado, as noções de «identidade de criança de rua» e de «cultura de grupo» (ou «contracultura») aparecem, por vezes, ao longo do texto, francamente reificadas, fazendo recurso à ideia de uma coerência da identidade pessoal que se constrói na ruptura pura e simples com a sociedade e cultura envolventes e com as instituições sociais com que a criança contacta (nomeadamente com a escola e a família). Ora, tais coerência e ruptura estão longe de dar conta da realidade que o próprio autor nos descreveu. Nesta descrição, cada criança mobiliza de um modo complexo os vários recursos possíveis, entrando e saindo dos grupos de rua, dos espaços familiares e das instituições e negociando o acesso a elementos de valorização simbólica num jogo subtil que não exclui, de nenhuma forma, as ambiguidades (se não contradições). É de lamentar, a este respeito, por exemplo, que não seja mais explorada a relação com os bens de consumo e com as formas de lazer juvenis, que o autor indica serem da maior importância para estes grupos de crianças, e por onde podem passar mecanismos de negociação simbólica reveladores do tipo de estratégia em causa. De igual modo,

a recorrente referência a valores como a coragem e a solidariedade interpares é sempre enquadrada como se esses fossem valores específicos destes grupos, constitutivos da sua «contracultura» e favorecendo a integração interna, em vez de ser compreendida como forma de gestão simbólica das práticas delinquentes dentro do quadro cultural envolvente¹. Como último exemplo, a noção de «carreira de rua», tal como o autor a perfilha, parece ser pouco operativa no contexto de Lisboa, não dando conta da diversidade e flexibilidade de situações encontradas na investigação; valeria a pena produzir um conceito de carreira mais útil aqui, se não abandonar por completo tal noção.

Ficamos, em suma, perante um texto de referência para futuras investigações, ou mesmo para a definição de políticas de intervenção nesta área em Portugal: pela investigação teórica e bibliográfica produzida e por algumas pistas de análise valiosas que o autor nos deixa, mas acima de tudo pelo riquíssimo e fascinante material empírico que nos oferece. Resta lamentar, sendo este um estudo exploratório de uma realidade, que aquele material não tenha maior peso na economia do texto, surgindo apenas na parte final. Sobretudo, ao

longo das várias leituras interpretativas, é pena que não seja suficiente o esforço de confronto entre a informação recolhida e os argumentos desenvolvidos, não parecendo ser sempre explorado o potencial questionador em relação a outros contextos e em relação a algumas das formulações teóricas e interpretativas utilizadas.

INÊS MENESES

*Moura, D., Ferreira, F., Nunes Correia, F., Ribeiro Telles, G., e Soromenho-Marques, V. (moderação e dir. col. José Rebelo), **Ecologia e Ideologia**, Lisboa, ed. Livros e Leituras, 1999.*

Este livro resulta de um debate a quatro vozes entre Gonçalo Ribeiro Telles (arquitecto paisagista), Francisco Nunes Correia (engenheiro civil), Viriato Soromenho-Marques (filósofo) e Francisco Ferreira (engenheiro do ambiente), aos quais se junta, em posfácio, um texto escrito de Domingos Moura (engenheiro civil). O moderador, José Rebelo, desempenha um papel crucial, na medida em que consegue assumir, ao mesmo tempo, muita discrição e grande sentido de oportunidade no relançamento das questões, mantendo um debate com ritmo e densidade.

Destaque-se, em primeiro lugar, o interesse histórico do livro — pois o seu ponto de partida é o caminho biográfico que cada autor percorreu

¹ Para uma leitura crítica, como a que aqui proponho, de um fenómeno em muito paralelo ao caso presente, cf. Miguel Chaves (1999), *Casal Ventoso: da gandraia ao narcotráfico*, Imprensa de Ciências Sociais, col. «Estudos e investigações», n.º 13.